

# A ETNOGRAFIA EM QUESTÃO

MARIA CATARINA C. ZANINI\*, ANDRESSA DA COSTA FARIAS, BRUNA PINHEIRO YUNG, CARLA DELLA VECCHIA, DAIANE AMARAL DOS SANTOS, DANIELE MARZARI POSSATI, FRANCINE NUNES DA SILVA, RAFAELA VENDRUSCULO, ROJANE BRUM NUNES, SILVANA SILVA DE OLIVEIRA, SIMONE LIRA DA SILVA.

## Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o “fazer etnográfico”. Ele é fruto de um *Ciclo*, denominado *Etnografando I*, desenvolvido pelo NECON/UFSM (Núcleo de Estudos Contemporâneos), de março a abril de 2006. A etnografia, enquanto método de pesquisa e modelo de apreensão da realidade é debatida por meio da análise de autores como: Malinowski, Clifford Geertz, James Clifford e Roberto Cardoso de Oliveira. Trata-se de uma tentativa de salientar o quanto a etnografia é uma atividade complexa e quais os elementos nela inseridos, da pesquisa empírica à escrita dos dados *in loco* e, posteriormente, quando da produção científica sobre os mesmos.

**Palavras-chave:** etnografia (1); antropologia (2); escrita (3)

## Abstract

This article aims to analyze the process of carrying out ethnographic research. It derived from a series of seminars called Ethnographic I, developed by NECON/UFSM (Contemporary Studies Nucleon), from March to April 2006. The ethnographic method analyzed was based on the work of authors, such as Malinowski, Clifford Geertz, James Clifford and Roberto Cardoso de Oliveira. The article aims to point out how complex ethnographic research is and which elements it comprises, from the empirical research to the writer's activity *in loco* and finally, the anthropologist's elaboration of scientific publications.

**Keys-words:** (1) anthropology; (2) ethnography; (3) writing style

Este artigo tem por objetivo tecer algumas considerações acerca da etnografia como método de trabalho e modelo de apreensão da realidade estudada. Ele é resultado de um trabalho executado a muitas mãos, fruto do *Ciclo Etnografando I*, promovido pelo NECON (Núcleo de Estudos Contemporâneos), do Departamento de Ciências Sociais da UFSM, de março a abril de 2006 e coordenado pela professora Maria Catarina Chitolina Zanini.

Pode-se perguntar o porquê de uma atividade, como a realizada nesse ciclo, que buscava colocar em debate o método etnográfico. Diríamos que nos questionamentos, talvez, o conhecimento se construa melhor e, enquanto pesquisadores, podemos “errar” com menores pudores e sem maiores ressentimentos. A possibilidade de poder tornar públicas nossas inquietações sobre o “fazer antropológico” foi algo extremamente válido para todas, estudantes e pesquisadoras. Apresentaremos algumas das diferentes tradições antropológicas e suas formas de compreender o trabalho etnográfico e, junto a elas, reflexões oriundas dos caminhos e descaminhos provocados por aquelas leituras da vida social. Enquanto cientistas sociais, sabemos que somos influenciados no interior de um campo científico composto de várias tradições e matrizes discursivas, das quais seria ilógico “fugir”. Contudo, dialogar com esse poder

---

\* Maria Catarina C. Zanini (cmzanini@terra.com.br) é professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da UFSM. Andressa da Costa Farias, Carla DellaVecchia, Daniele Possati e Rojane Nunes são bacharéis em Ciências Sociais pela UFSM, e as demais alunas são graduandas em Ciências Sociais pela UFSM.

exercido sobre nossa capacidade interpretativa é algo que consideramos muito grandioso nas Ciências Sociais. Entender o quanto a ciência é também criação e campo de poder nos fascina. Desvendar os limites entre subjetividade e objetividade do conhecimento e questionar a neutralidade muitas vezes exigida do pesquisador foram desafios a que nos propusemos refletir no ciclo e que agora estão registrados no presente artigo.

A Antropologia, em seu nascedouro enquanto ciência, que se pode remeter aos finais do século XIX, tinha em seu corpo uma forma de trabalho na qual coleta e análise de dados eram etapas separadas, elaboradas por pessoas distintas, em lugares diferentes. Os antropólogos, filósofos em sua maior parte, usavam, para tecer suas considerações acerca da ciência do homem, relatos encontrados em narrativas de viajantes, de missionários, de historiadores, entre tantos outros. Não iam a campo. Incorporavam literatura e elaboravam teorias de amplo alcance, como fez Frazer na Antropologia ou Durkheim e Mauss na Sociologia. Os dados utilizados eram considerados fatos. Somente algum tempo depois começou a haver questionamentos acerca da forma como os “outros” eram referidos e dos métodos utilizados na coleta e escrita daquelas informações. Naquele contexto, o evolucionismo social já havia provocado muito debate e justificado sua utilidade política. Foi Malinowski o primeiro a deixar por escrito à posteridade uma técnica de pesquisa que, em verdade, era algo maior que isso. Apesar de Boas já ter efetuado trabalho de campo em período anterior, pode-se dizer que o primeiro trabalho científico escrito com densidade e detalhamento sobre o “fazer etnográfico” foi realizado por Malinowski nas primeiras décadas do século XX.

Contemporaneamente, há um sem número de possibilidades de se pensar etnografia e outras tantas de se fazê-la. Perguntamos: afinal, que etnografia é possível se fazer e qual o papel do antropólogo no processo de construção do conhecimento?

### Malinowski e o fazer etnográfico

Malinowski (1884 -1942), influenciado pela obra de Frazer *The Golden Bough* [1890], inicia-se na literatura antropológica do início do século XX e, quando de sua pesquisa entre os trobriandeses, procura dialogar com aquela forma de “estudar o outro”. Ao propor um novo método científico, o trabalho de campo, causa uma grande mudança nos parâmetros de pesquisa da época, fortemente marcados pelo positivismo e pela exagerada separação sujeito/objeto do conhecimento. No livro *Crime e Costume na Sociedade Selvagem* (2003), Malinowski salienta que só conseguiu alcançar o grau de interpretação de como os nativos lidavam com suas leis devido a todo um trabalho de permanência em meio a eles:

“Com isso, estamos pedindo uma nova linha de trabalho de campo na antropologia: o estudo, pela observação direta, das regras do costume, como funcionam na vida real” (ibidem, p.94)

Podemos perceber que há uma insistência em seu trabalho para diferenciar as normas da instituição das atividades efetivamente desenvolvidas por seus membros. Isso seria possível mediante a observação participante e um convívio prolongado com o grupo. Na introdução da obra *Argonautas do Pacífico Ocidental*, o autor elabora uma descrição minuciosa acerca de seu método que, até os dias de hoje, em muitos pontos de vista, é indiscutível. Aponta alguns dos princípios básicos para a realização de um bom trabalho de campo, quais sejam, um comprometimento unicamente científico e boas condições de pesquisa, o que significava viver entre os nativos (por um período prolongado) e aplicar uma série de técnicas para a coleta e manipulação dos dados:

“Vivendo na aldeia, sem quaisquer responsabilidades que não a de observar a vida nativa, o etnógrafo vê os costumes, cerimônias, transações, etc., muitas e muitas vezes; obtém exemplos de suas

crenças, tais como os nativos realmente as vivem. Então, a carne e o sangue da vida nativa real preenchem o esqueleto vazio das construções abstratas” (1984, p.29)

O diário de campo e a sistematização dos dados se torna fundamental nessa proposta de fazer etnográfico. A sociedade, como uma totalidade, deve ser mapeada, inter-relacionada e analisada nas funcionalidades e papéis desempenhados por cada uma de suas instituições. Malinowski levou o distanciamento do mundo de origem do pesquisador ao extremo, chegando a afirmar que manter uma separação da própria sociedade, nessa fase de pesquisa, é fundamental para que não se venha a cair na tentação de querer passar mais tempo entre os seus que entre os povos pesquisados. Para ele, a principal tarefa do etnógrafo é, mediante o contato direto com o universo dos nativos, buscar as leis de todos os fenômenos culturais (ibidem, p.24). Na busca destas, o antropólogo se depara com uma série de dificuldades para conseguir as informações “verdadeiras”. Porém, “a magia da etnografia” está lançada. Todas essas colocações conferem ao pesquisador uma grande autoridade na pesquisa e a idealização deste como um desbravador de verdades científicas.<sup>1</sup>

Para Malinowski, tudo que se passa em determinada sociedade possui um sentido, ainda que não seja facilmente localizável pelo pesquisador e nem percebido conscientemente pelos membros do grupo. Existe, atualmente, críticas enfáticas ao fazer etnográfico proposto por Malinowski, resultantes das novas formas de se conceber a escrita e a relação pesquisador/pesquisado, as quais são menos marcadas pela busca objetiva do outro, com-

preendendo a Antropologia e o fazer antropológico enquanto um cenário de troca. Contudo, a necessidade de se investigar os “imponderáveis da vida real” marcaram gerações e, com certeza, deixarão outras delicias com a narrativa do autor sobre os trobriandeses e suas reflexões sobre etnografia.

### Uma descrição densa: por uma Teoria da Cultura

No início do texto a *Interpretação das Culturas* de Geertz (1989), há uma clara evidência de crítica à corrente estruturalista das Ciências Sociais, percebida no fragmento:

“Alguns fanáticos persistem em sua opinião anterior sobre ela, a “chave para o universo”, mas pensadores menos bitolados, depois de algum tempo, fixam-se nos problemas que a idéia gerou efetivamente. Tentam aplicá-la e ampliá-la onde ela realmente se aplica e onde é possível expandi-la, desistindo quando ela não pode ser aplicada ou ampliada” (p.13).

Geertz nos remete para uma conclusão que parece elementar, mas para a qual a maioria das pessoas imersas em uma determinada coletividade parece não ser consciente: o que é considerado positivo em uma sociedade pode ser considerado negativo em outra, ou seja, pode não ter um valor correspondente em termos culturais. Percebe-se a defesa do conceito semiótico de cultura e uma evocação recorrente a Weber. Pesquisar a cultura é estar em permanente busca do significado da mesma para os indivíduos que nela estão interagindo.

Geertz destaca, sobretudo, a importância de se compreender a etnografia. Para esse autor é mediante a etnografia que a Antropologia Social atinge a base para fazer análise e produzir conhecimento. Dessa forma, a prática etnográfica envolve uma série de conhecimentos e métodos como: estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, elaborar um bom diário de campo

<sup>1</sup> Diz Malinowski que “Além do esboço firme da constituição tribal e dos atos culturais cristalizados que formam o esqueleto, além dos dados referentes à vida cotidiana e ao comportamento habitual que são, por assim dizer, sua carne e seu sangue, há ainda a registrar-se-lhe o espírito – os pontos de vista, as opiniões, as palavras dos nativos: pois em todo ato da vida tribal existe, primeiro, a rotina estabelecida pela tradição e pelos costumes; em seguida, a maneira como se desenvolve essa rotina; e, finalmente, o comentário a respeito dela, contido na mente dos nativos” (ibidem, p.32).

etc. Porém, para além disso, segundo ele, e o esforço intelectual que definirá o estudo como uma “descrição densa”. Assim sendo, a Antropologia transcende o caráter de ciência experimental em busca de leis e passa a ser uma ciência interpretativa em busca do significado (ibidem, p.15).

Neste sentido, o autor tenta se fazer entender quando lança o exemplo da análise de uma “piscadela” (exemplo inspirado em Gilbert Ryle). O pesquisador deve ter um bom preparo e uma boa dose de observação para distinguir dentro de um sistema cultural estabelecido o que realmente podem significar os atos pessoais. Uma “piscadela” pode ter “n” significados dependendo do contexto e de quem está praticando. Pode ser um simples tique nervoso, apenas uma “piscadela” ou uma combinação de valores e atitudes entre dois sujeitos. A boa etnografia exige tempo, permanência do pesquisador a fim de saber identificar mais verdadeiramente os códigos sociais já estabelecidos, as teias de significados culturais do sistema que pesquisa. Como ressalta ele, os antropólogos não estudam “as aldeias”, eles estudam “nas aldeias” (ibidem, p.32). As interpretações do nativo e do pesquisador podem ser diferentes. A intenção de Geertz é justamente mostrar que a etnografia é uma “descrição densa”. É como tentar “ler” um manuscrito estranho, diz ele. Logo, a etnografia é de fundamental importância para trazer à tona os valores culturais do sistema pesquisado, alicerce da Antropologia.

Desse modo, segundo Geertz, a cultura é pública, porque os significados dela também são. Não é uma identidade oculta. A ação simbólica dita o comportamento humano. E devemos indagar, então, qual sua importância e o que está sendo transmitido. São as estruturas de significados socialmente aceitos e estabelecidos na sociedade que transformam a cultura numa “teia de significados” (ibidem, p.15). Assim, a partir da etnografia é possível inferir a Antropologia. A Antropologia que estuda o contato com o outro buscaria, de acordo com ele, o

alargamento do universo do discurso humano (ibidem, p.24).

Contudo, o autor salienta que todo texto antropológico é uma produção interpretativa da realidade estudada que emerge conforme as concepções do pesquisador, que podem ser de segunda ou terceira mão. A primeira mão seria a do próprio nativo a respeito de sua cultura e é um trabalho sempre inacabado.<sup>2</sup> Geertz procura demonstrar que antropologia é também literatura. Ou seja, nem sempre os antropólogos têm consciência de que, embora a cultura exista de fato no plano físico, ela existe, sobretudo, no livro, no artigo, na conferência, nas exposições, nos museus, nos filmes etc. A organização escrita dessa “descrição densa” a respeito da cultura leva ao alargamento de horizontes partindo do conhecimento dos textos antropológicos. A cultura é representação, organização de símbolos e princípios ideológicos e resultado das ações sociais. Eis a importância do ato de escrita. Ele é importante durante a pesquisa e no momento de registro de informações a serem posteriormente analisadas, e é vital no momento da análise e da interpretação dessas informações (Geertz, 2002). A escrita fixa conhecimento, comportamentos e descrições. O etnógrafo anota, registra os discursos sociais e depois deve ter certo grau de conhecimento do sistema cultural para poder interpretá-los. Somente uma boa interpretação, seja de pessoas, coisas, poemas, rituais, instituições, sociedades pode levar ao cerne do que realmente se propõe analisar o pesquisador. Um etnógrafo, sobretudo, escreve.

Geertz salienta três características da descrição etnográfica: ela é sobretudo, interpretativa, microscópica, imediata e situacional. Para tanto, exemplifica que o kula, mesmo que tenha desaparecido ou se alterado, *Os Argonautas do Pacífico Ociden-*

---

<sup>2</sup> Para ele, “Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado” (1989, p.20).

tal continua a existir enquanto obra (ibidem, p.16). O antropólogo aborda características amplas e análises abstratas a partir de um conhecimento de assuntos pequenos, mas a pesquisa deve ser honesta, deve transparecer seus alcances e seus limites. Considera que é muito difícil a concepção de teorias, visto que existem muitas interpretações culturais, portanto, deve-se sempre especificar o objeto de estudo na Antropologia, uma vez que é muito melhor pequenos raciocínios efetivos que vôos mais longos, pois estes podem ou tendem a se perder em sonhos lógicos: “Um estudo é um avanço quando é mais incisivo- o que quer que isto signifique- do que aqueles que o precederam; mas ele se conserva menos nos ombros do que corre lado a lado, desafiado e desafiando” (1989, p.35).

Logo, segundo Geertz, a análise cultural nunca chega ao seu fim. Ela é intrinsecamente incompleta e quanto mais profunda, menos completa. A solução, desse modo, é estabelecer fugas. Transformar a cultura em folclore, em traços que serão contados posteriormente, transformá-la em instituições para poder classificá-la, transformá-la em estrutura. Não existem conclusões a serem apresentadas e sim discussões a serem sustentadas. Assim, conforme o autor, a principal vocação da Antropologia interpretativa é colocar à disposição as respostas que os outros deram e incluí-las no registro de consulta sobre o que o homem falou. É, sobretudo, registrar momentos, modos de vida humanos, é etnografar...

### A autoridade etnográfica

Para refletir sobre a questão da etnografia e seu processo de construção, faremos uso das idéias de Geertz (1989 e 2002) e James Clifford (1998). Clifford, trabalhando com análise de textos etnográficos produzidos no contexto europeu e norte-americano, busca entender não apenas a diversidade destes, mas sua própria história e construção, uma vez que são empreendimentos situados histórica e culturalmente, partindo de um sujeito inserido e ao mes-

mo tempo deslocado de seus contextos de origem. Como diz o autor, os textos estão submetidos a um complexo de relações que são condições e efeitos de uma circunstância que é vivida por etnógrafos, nativos e demais personagens de um contexto específico. Tendo em vista que as experiências são carregadas de tensões, ambigüidades e conflitos, nas quais se torna incabível à cultura(as) a idéia de uma totalidade integrada e coerente. A autoridade etnográfica de que Clifford trata não é no sentido de relações estabelecidas entre o etnógrafo e o nativo, mas no da construção do texto etnográfico em termos epistemológicos e também de poder, de legitimidade e de autenticidade do seu discurso sobre aquele contexto que representa.<sup>3</sup>

Como salienta, a escrita peculiar da etnografia é legitimada pela autoridade do antropólogo, construída mediante descrições resultantes de o pesquisador ter realmente presenciado os fatos, ter “estado lá” e nos convencido disso. A descrição dos fatos como realmente aconteceram consiste num método de convencimento do texto etnográfico, como por exemplo, a impessoalidade do texto almejando garantir que o que está sendo escrito não foi mera interpretação pessoal. A narrativa etnográfica, como já foi dito anteriormente, constrói a autoridade. A Antropologia, no final do século XX, entrou no que se pode chamar de “momento reflexivo”, uma produção de conhecimento meta-antropológico no qual a escrita tem desempenhado um papel importante. A produção do conhecimento antropológico, durante boa parte do século XX, aconteceu num contexto marcado pelo colonialismo e, após a Segunda Guerra Mundial, pelo pós-colonialismo, produções permeadas pelo modernismo literário e artístico europeu que, conseqüentemente, afetou a produção de etnografias.

A autoridade etnográfica é paulatinamente construída pela descrição detalhada

<sup>3</sup> Diz ele, “O desenvolvimento da ciência etnográfica não pode, em última análise, ser compreendido em separado de um debate político-epistemológico mais geral sobre a escrita e a representação da alteridade” (2002, p.20).

de práticas culturais, pelo uso de fotografias que acabam por convencer acerca da presença do pesquisador e pela escrita que comprova que, realmente, “ele esteve lá”. Geertz (2002) faz uma crítica aos etnógrafos que se baseiam na extensão das descrições para atribuir credibilidade ao texto etnográfico ou que investem na argumentação teórica. Assim, a experiência individual do antropólogo, implícita no texto etnográfico, teria como principal fim reforçar a objetividade científica e a própria autoridade etnográfica. Ele afirma que:

“A capacidade dos antropólogos de nos fazer levar a sério o que dizem tem menos a ver com uma aparência factual, ou com um ar de elegância conceitual, do que com sua capacidade de nos convencer de que o que eles dizem resulta de haverem realmente penetrado numa outra forma de vida (ou, se você preferir, de terem sido penetrados por ela) - de realmente haverem, de um modo ou de outro, estado lá. E é aí, ao nos convencer de que esse milagre dos bastidores ocorreu, que entra a escrita” (ibidem, p.15).

Por meio da apresentação detalhada dos imponderáveis da vida cotidiana, firma-se a autoridade do etnógrafo e os nativos “de carne e osso” são retratados em detalhes. A autoridade do teórico-pesquisador de campo sempre esteve presente no discurso, mas ela é concebida por Clifford (1998) como histórica, distribuída ao longo do século XX, na institucionalização da Antropologia enquanto ciência entre 1920 e 1950 e, muito antes ainda, com os missionários e viajantes contando as descobertas dos lugares inexplorados pela sua sociedade de origem. Geertz (2002) ressalta que a autoridade etnográfica se baseia na construção de uma identidade autoral, obtida pela capacidade de desenvolver uma forma de escrita própria, que liga o texto à identidade do autor. A escrita etnográfica atual está procurando novos meios de representar adequadamente a autoridade dos nativos. Os etnógrafos têm evitado atribuir crenças, sentimentos e pensamentos aos indivíduos, mas não têm hesitado em atribuir estados subjetivos a

culturas. Nos trabalhos em que se pretende uma autoria plural, com múltiplos autores, o etnógrafo assume a posição de editor. A estratégia de dar voz ao informante não ultrapassa a problemática da autoridade, tampouco a da autoria, pois se segue a intenção única e final, a do autor. Entretanto, é um caminhar, um movimento. Para Clifford (1998), os antropólogos terão cada vez mais de partilhar seus textos com aqueles colaboradores nativos, para os quais o termo “informante” já não cabe.

Os antropólogos já não estão apenas nas sociedades distantes. Agora o nativo está próximo, até mesmo em contato direto com o etnógrafo. O trabalho de campo está sob tensão, essa proximidade entre ambos está fazendo com que se questione a autoridade das disciplinas em falar sobre determinados grupos, não apenas pela ‘academia’, mas principalmente pelos próprios nativos das culturas, que contestam, questionam o que está sendo dito sobre elas. O mal-estar há de continuar...

“Basta você olhar para a sua própria sociedade (...) Estou me referindo a uma espécie de reposicionamento de autoridades, a uma espécie de autoridade diferencial, não a uma simples substituição ou contradição de autoridades” (1998, p. 272).

A polifonia, ou seja, o aparecimento no texto de diversas vozes nos textos antropológicos, não extingue de forma alguma a autoridade do etnógrafo e deve ser tratada como uma nova forma de autoridade etnográfica, com mudanças na escrita etnográfica.

#### O filme “A tribo dos Krippendorf” e o fazer antropológico<sup>4</sup>

O filme *A tribo dos Krippendorf* (Krippendorf’s Tribe, 1998) é, sobretudo, uma sátira sobre o modo de vida familiar e o

<sup>4</sup> O filme foi exibido no dia 19/04/2006, durante o *Ciclo Etnografando I* do NECTOM (Núcleo de Estudos Contemporâneos) coordenado pela prof. Maria Catarina Chitolina Zanini. Roteiro de Charlie Peters, baseado no romance de Frank Parkin e dirigido por Todd Holland. Produção da Touchstone Pictures, 94 min.

quão difícil pode ser essa convivência, em especial quando os pais são antropólogos. Nosso interesse estava, ao debatermos sobre esse filme no *Ciclo Etnografando I*, em ter o cinema como objeto de pesquisa e tomá-lo “como ‘campo’, passível de observação e interpretação antropológica” (Hikiji, 1998). No filme são narradas, de maneira bem-humorada, as desventuras de um antropólogo, James Krippendorf, que se vê sozinho para criar os três filhos depois da morte da esposa e também antropóloga, Jennifer Krippendorf. A pesquisa para a qual havia sido financiado não foi feita e nenhuma tribo “nova” descoberta. No entanto, ele é convidado pelo Departamento de Antropologia da fictícia Universidade Proxmire a conferir uma série de palestras para apresentar seu trabalho e, dessa forma, justificar o uso dos cem mil dólares referentes à bolsa de pesquisa já gastos. Sem saber o que fazer e com o risco de ter sua reputação de antropólogo abalada frente aos seus pares, Krippendorf inventa um grupo de nativos composto por ele e seus três filhos, os “Shelmikedmu”, e o filma em seu jardim. Remete-nos, assim, à máxima de que o selvagem ou o exótico pode estar ao seu lado e ser “criado”.

A história narrada no filme, pode-se dizer, está centrada no que Roberto Cardoso de Oliveira (1998) chama de “a segunda etapa do trabalho etnográfico”, que seria o momento de escrever, do “estar aqui”, de apresentar e discutir a pesquisa antropológica junto à comunidade profissional. Mas, a primeira etapa, o “estar lá”, não se concretizou, afinal, o “olhar” e o “ouvir” se restringiu ao campo que foi encenado dentro do próprio pátio da casa do professor Krippendorf. Como bem expos Malinowski (1984), os resultados da pesquisa etnográfica devem ser apresentados de maneira clara e, principalmente, honesta. No filme, o antropólogo, além de não expor de que forma foram feitas as observações e a coleta de dados, inventa os nativos, o que é mais grave. Certamente nenhum antropólogo chegaria a tal ponto, no entanto, o exemplo serve para que reflitamos sobre a sinceridade

e sobre questões éticas que sempre devem estar presentes no fazer antropológico. Dessa forma, o filme, enquanto produto cultural que transmite mensagens e valores, torna-se interessante por trazer ao espectador questões sobre a profissão de antropólogo, e por outro lado, por se transformar em objeto de investigação para nós, antropólogos, interessados em novos temas de estudo. Sobre o objetivo da Antropologia, Geertz (1989) diz que :

“Visto sob esse ângulo (a partir do conceito de cultura semiótica), o objetivo da antropologia é o alargamento do universo do discurso humano. De fato, esse não é o seu único objetivo - a instrução, a diversão, o conselho prático, o avanço moral e a descoberta da ordem natural no comportamento humano são outros...” (p.24).

Se, no filme fictício, o antropólogo James Krippendorf usou da imaginação e da criatividade para construir um grupo de exóticos, nós, antropólogos da vida real, podemos e devemos usar desses atributos em nossos temas de pesquisa, mas de maneira absolutamente honesta e ética. Percebem-se, ao longo do filme, alguns estereótipos atribuídos ao antropólogo. Como características pessoais, o filme reforça a idéia de que o antropólogo é uma pessoa desorganizada e atrapalhada que se interessa por coisas exóticas. O gosto pelo exótico é explicitado por seus objetos de pesquisa. No filme, a própria academia cobra do antropólogo novas descobertas, desde que sejam relacionadas a comportamentos exóticos: sociedades tribais desconhecidas, com hábitos, costumes e rituais igualmente desconhecidos. A oposição entre o “nós” (os normais) e os “outros” (diferentes e exóticos) está evidente. Dizemos que são estereótipos porque se acredita que, na atualidade, “o outro” já não está tão distante do “nós”.

### Considerações finais... Fazendo a etnografia possível

A Antropologia, na era pós-moderna, em que a transnacionalização confronta in-

divíduos, identidades, grupos e sociedades, faz-se necessária para mostrar pontos de vista plurais, contribuindo para “alargar o discurso humano”, possibilitando, por meio de suas pesquisas, enriquecer a compreensão sobre os inúmeros grupos sociais existentes. A diversidade humana (cultural, étnica e racial) sempre existiu, porém, nunca esteve tão evidente, assim como a possibilidade e a necessidade de se buscar reconhecer e compreender o outro.

É importante ressaltar que, ao antropólogo, não deve faltar sensibilidade e um certo refinamento interpretativo no trabalho etnográfico, o que o capacita a fazer discussões de aspectos tidos como banais ou triviais, propiciando um olhar crítico sobre sua própria capacidade de observar, tornando familiar o exótico, e este como algo que precisa ser analisado de acordo com o contexto em que se inscreve. A neutralidade total do pesquisador é uma pretensão inatingível e, por isso, o estudioso precisa relativizar para que as categorias sociais de seu próprio grupo interfiram o mínimo possível na sua interpretação sobre a sociedade do outro, para que juízos de valor não acabem por comprometer sua pesquisa. No entanto, também é importante lembrar que a realidade histórica, o arcabouço teórico e a subjetividade do autor vão permear toda a sua obra e, por vezes, deverão constar textualmente, para que o leitor tenha condições de perceber o momento em que foi realizado o estudo.

No interior do trabalho etnográfico, a relação entre pesquisador e pesquisado pode se estabelecer de maneira a criar um campo de poder, fazendo com que a mesma se torne autoritária, como se o antropólogo fosse o único capaz de expressar o nativo. O ideal seria transformar o informante em interlocutor, promovendo não uma relação autoritária, mas sim dialógica, transformando o confronto em encontro etnográfico, em troca e partilha, considerando-se os limites de tal evento.

Depois de Olhar e Ouvir, ou seja, de estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias,

mapear o campo, manter um diário (Geertz, 1989, p. 5), o antropólogo deve ir além dos métodos, pois com o próprio autor ressalta, é necessário o esforço intelectual interpretativo. Este permite ao pesquisador ir além da descrição, para que se faça a análise da rede complexa de significados e códigos pré-estabelecidos que, certamente, deverão constar na sua escrita. É a construção do texto etnográfico que permite diferenciar a hierarquia estratificada de estruturas significantes, ou seja, permite a compreensão de diversos contextos, expondo suas peculiaridades. O que torna o texto etnográfico singular é a articulação que este faz entre o trabalho de campo e a construção do texto (entre o “estar lá” e o “estar aqui”). Em que medida a etnografia que fazemos é isenta, neutra ou objetiva? É possível fazer etnografia como se fazia no passado?

### Referências bibliográficas

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, v.39, n.1, p. 13-37, 1998.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1998.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

\_\_\_\_\_. *Obras e vidas. O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2002.

HIKIJI, Rose Satiko. “Antropólogos vão ao cinema - observações sobre a constituição do filme como campo”. In: *Cadernos de Campo*, São Paulo, v.7, p.91-113, 1998.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os pensadores)

\_\_\_\_\_. *Crime e Costume na Sociedade Selvagem*. Brasília: Editora Unb; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.